

A. I. N° - 178891.0036/24-5  
AUTUADO - DISTRIBUI LOGÍSTICA LTDA.  
AUTUANTE - NELSON LIMA GARCEZ MONTENEGRO  
ORIGEM - DAT METRO / INFAZ ATACADO  
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 01/09/2025

**4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL****ACÓRDÃO JJF N° 0154-04/25-VD**

**EMENTA:** ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. DOCUMENTOS FISCAIS. CONHECIMENTOS DE TRANSPORTES. OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS. FALTA DE REGISTRO NA EFD. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Restou configurado que a cientificação ao contribuinte do lançamento tributário só ocorreu após ocorrido o decurso de prazo de 05 anos, configurando-se, assim, a decadência. Inteligência da Súmula n° 12 do CONSEF. Não acolhida a preliminar de nulidade. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

O Auto de Infração sob exame foi expedido em 20/12/2024 para reclamar crédito tributário no valor de R\$ 17.419,88, mais multa de 100%, com previsão no Art. 42, inciso III, da Lei n° 7.014/96, em face da seguinte acusação: **Infração 01 – 002.007.002 – “Deixou de recolher no(s) prazo(s) regulamentar(es) ICMS referente a Prestação(es) de Serviço de Transporte não escriturado nos livros fiscais próprios. Conforme Conhecimento de Transporte eletrônicos (CT-e) relacionados no demonstrativo Distribui\_2019\_2021\_CTe\_omissoEFD, atendidas as orientações do Incidente de Uniformização n° PGE n° 21016.194710-0 e observado o que prescreve o § 4º, do artigo 150 da Lei n° 5.172/66, c/c artigo 1º, inciso II, da Lei n° 8.137/90, parte integrante do Auto de Infração, cópia entregue ao Autuado”**.

O autuado, através de seu Representante Legal, ingressou com Impugnação ao lançamento, fls. 13 a 16, onde destacou que obteve ciência do auto de infração no dia 02 de janeiro de 2025 e que a Ordem de Serviço n° 502519/24 não foi anexada na instrução do auto de infração, o que considera erro grosseiro no procedimento administrativo.

Em seguida passou a arguir a decadência do crédito tributário com fulcro na Súmula 555 do STJ que diz “*Quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente na forma do art. 173, I, do CTN, nos casos em que a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa*”.

Neste sentido disse que, quando há declaração do débito, como no presente caso, denominado lançamento por homologação, opera-se a decadência a contar da ocorrência do fato gerador, consoante § 4º do artigo 150 do CTN.

Desta forma sustentou que o período compreendido entre 30/01/2019 a 31//10/2019 não pode ser objeto de lançamento pelo fisco, sobretudo porque não há comprovação da ocorrência de dolo, fraude ou simulação, observando que apesar do auto de infração ter sido lavrado em 20/12/2024, a ciência só se efetivou em 02/01/2025, configurando-se a decadência do crédito tributário.

Desta forma, no tópico intitulado “*Da inexigibilidade do crédito tributário e nulidade do Auto de Infração*”, aduziu que diante da decadência o crédito tributário não pode ser validamente constituído, tornando o auto de infração insubsistente, ao tempo em que qualquer cobrança baseada nesse lançamento viola os princípios da legalidade e da segurança jurídica, razão pela qual requereu seu arquivamento.

O autuante apresentou informação fiscal, fls. 34 e 35, onde cita que a ação fiscal foi concluída em

20/12/2024 com ciência e leitura pelo autuado em 02/01/2025, oportunidade em que foram entregues cópia do auto de infração e demonstrativos.

No que diz respeito a preliminar de nulidade que foi arguida, disse que a Ordem de Serviço se encontra à fl. 04 dos autos, e quanto a decadência requerida disse que não se aplica ao presente caso uma vez que se trata de documentos omitidos pelo autuado em sua EFD.

No mérito disse que foi apurado na ação fiscal que vários Conhecimentos de Transportes de mercadorias, referentes a operações interestaduais tributadas, não foram registrados pelo autuado em sua EFD, enquanto não foi apresentada nenhuma prova admitida em direito do recolhimento do ICMS destacado nos referidos documentos fiscais.

Concluiu suscitando a Procedência do Auto de Infração.

## VOTO

De acordo com o constante da inicial, a exigência tributária que versa nestes autos, no valor histórico de R\$ 17.419,88, mais multa de 100%, diz respeito a *“Deixou de recolher no(s) prazo(s) regulamentar(es) ICMS referente a Prestação(es) de Serviço de Transporte não escriturado nos livros fiscais próprios.”*.

Em sua defesa, preliminarmente, o autuado alegou a existência de erro grosseiro no procedimento fiscal vez que a Ordem de Serviço nº 502519/24 não foi anexada na instrução do presente auto de infração, resultando em cerceamento de defesa.

Tal argumento não pode ser acolhido tendo em vista que a citada Ordem de Serviço se encontra anexa ao Auto de Infração, fl. 04, inexistindo qualquer ofensa aos dispositivos regulamentares mencionados pelo autuado em sua peça defensiva, tampouco ao Art. 196 do CTN também mencionado pela defesa.

Desta maneira, por não se configurar qualquer cerceamento ao direito de defesa mencionado na peça defensiva, deixo de acolher a nulidade suscitada, até porque a defesa foi exercida em sua plenitude.

A título de preliminar de mérito foi arguida a decadência do lançamento por ofensa ao Art. 150, § 4º, do CTN, sob a justificativa de que o lançamento fiscal abarcando o período de 30/01/2019 a 31/10/2019, ocorreu em 20/12/2024, enquanto a ciência do mesmo só ocorreu no dia 02/01/2025, argumento este não acolhido pelo autuante que interpretou que por se tratar de documentos omitidos/não escriturados pelo autuado, se aplicaria a regra do Art. 173, I, do CTN, portanto não atingido o prazo decadencial.

Da análise das peças constitutivas dos presentes autos, vejo que a interpretação defendida pelo autuante em razão de que o CTN prevê dois critérios distintos de contagem do prazo decadencial: o primeiro, com fundamento no art. 150, § 4º, conta-se o prazo a partir da ocorrência do fato gerador, quando o contribuinte declara a ocorrência do fato jurídico tributário, o que não é o que ocorreu no presente caso, enquanto que o segundo, com base no Art. 173, inciso I, onde o contribuinte não declara a ocorrência do fato jurídico tributário, que foi o ocorrido nestes autos.

O que tem que ser aqui considerado é que, apesar do auto de infração ter sido lavrado em 20/12/2024, portanto, dentro do quinquídio legal para as ocorrências verificadas no ano de 2019, porém a contagem do prazo decadencial flui até a data em que o contribuinte é notificado do lançamento, e, no caso presente, esta só ocorreu em 02/01/2025 quando já ocorrido o decurso de prazo de 05 anos, configurando-se, assim, a decadência.

Sendo este o entendimento prevalente neste CONSEF, consoante se extrai da sua Súmula nº 12: *“Para efeito da contagem do prazo decadencial, o lançamento só se aperfeiçoa com a ciência do contribuinte acerca do auto de infração.”*.

Em conclusão voto pela IMPROCEDÊNCIA do presente Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **178891.0036/24-5**, lavrado contra **DISTRIBUI LOGÍSTICA LTDA.**

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 01 de agosto de 2025.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE / RELATOR

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ - JULGADORA

FERNANDO ANTÔNIO BRITO DE ARAÚJO - JULGADOR

